

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Agência Câmara de Notícias



Audiência pública na Câmara debate reforma

Reforma é alvo de protestos. Texto será apresentado hoje

A reforma administrativa, que deve ser apresentada nesta terça-feira (15) pelo grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), foi alvo de protestos de servidores públicos federais. Nesta segunda (14), foi realizado um ato do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) contra a reforma em frente ao Anexo II da Câmara dos

Deputados. A manifestação encerrou a Jornada de Lutas contra a Reforma Administrativa, realizada de 1º a 14 de julho de 2025. Durante a última audiência pública do grupo de trabalho, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), antecipou pontos do anteprojeto que pretende apresentar ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesta terça.

Sem PEC 32

O deputado garantiu que não será “usada uma vírgula, nem um artigo da PEC 32” na proposta que será apresentada. “Nós não vamos tocar na estabilidade do servidor. Nós não vamos discutir tamanho do Estado e nós não vamos fazer processo de ajuste fiscal”.

Justificativa

“Eu também buscava fugir de uma Proposta de Emenda à Constituição, mas, por exemplo, se nós desejamos fazer uma reforma que envolva os três Poderes e os três entes (União, estados e municípios), é importante que o comando esteja na Constituição”.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministra Esther Dweck participou de audiência

Pedro Paulo: PEC garante discutir os supersalários

De acordo com Pedro Paulo é preciso ter uma PEC para garantir a discussão dos supersalários, do disciplinamento das verbas de caráter indenizatório, que muitas vezes se disfarçam em verbas remuneratórias. “Isso precisa ter comando na Constituição”, explicou. Segundo ele, outros pontos acatados pelo grupo

de trabalho precisam de tratamento constitucional. Ele citou como exemplos a institucionalização de concurso público nacional unificado, a revisão do estágio probatório e o reconhecimento do eixo digital para modernizar a prestação dos serviços públicos, que ele pretende reforçar como direito constitucional do cidadão.

Ajuste fiscal

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) resumiu o estado de alerta dos parlamentares diante do risco de se fazer “ajuste fiscal em cima dos servidores”. Mas, segundo o relator, a “PEC dá robustez e profundidade para a proposta de reforma administrativa”.

Gestão

Na última audiência do grupo de trabalho, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou que, no âmbito do Executivo federal, a reforma já começou, diante da necessidade de reverter o desmonte do governo anterior.

Incógnita

“Há uma preocupação gigante sobre os resultados do grupo de trabalho e há uma incógnita acerca do que estará consolidado nessa minuta que será entregue justamente às vésperas do recesso parlamentar”, afirmou a deputada Alice Portugal na audiência pública.

Presenças

A audiência pública na Câmara contou com as presenças do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; e do prefeito de Salvador, Bruno Reis; que apresentaram sugestões ao grupo de trabalho e detalharam recentes reformas em suas administrações.



TJRJ decide que cartas de arrematação serão expedidas somente após julgamento de pedidos de anulação do leilão

Leilão de terras e ilhas de Paraty-RJ em xeque

Caso é judicializado e atinge dois mil moradores incluindo caiçaras

Por Yuri Eiras - Folhapress

A Procuradoria-Geral do Município de Paraty, no Rio de Janeiro, afirmou que a prefeitura nunca notificou o dono das terras que foram a leilão em maio porque não tinha conhecimento da propriedade.

Parte do espólio de um empresário português radicado no Brasil, 32 lotes foram colocados à venda em leilão - 29 foram vendidos, dois encerrados e um foi suspenso após o dono de um imóvel entrar na Justiça. Os terrenos ficam em enseadas, vilarejos e ilhas.

Os RGIs (Registro Geral de Imóveis) têm descrições imprecisas, como “dois alqueires de terras mais ou menos, dividindo pela frente com o mar”. Mais de 2.000 moradores de Paraty podem ser impactados pelo leilão, incluindo comunidades caiçaras, famílias de pescadores e vilas urbanizadas, com creche e posto de saúde.

José Maria Rollas arrematou os lotes através de um leilão no fim da década de 1960 e os documentou em cartório em 1972. A Procuradoria diz que, como a lei de registros públicos foi sancionada em dezembro de 1973, as 32 propriedades não eram de conhecimento da prefeitura. Não havia matrícula de nenhuma

delas e ele jamais foi notificado para pagar impostos.

A Procuradoria-Geral do Município é o órgão responsável por assessorar a prefeitura em assuntos jurídicos.

As certidões cartoriais anexadas aos leilões mostram que os lotes têm registro no Incria (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão federal.

No leilão, também foram anexadas certidões do Ministério da Fazenda em que o nome de José Maria Rollas aparece sem pendências em relação a tributos federais.

‘Situação pegou todos de surpresa’

Todos os terrenos leiloados têm famílias morando. Parte delas paga IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) ou ITR (Imposto Territorial Rural). Outras vivem da posse. A sobreposição gerou uma fila de pedidos de partes interessadas no processo de inventário e partilha.

“Foi uma surpresa que caiu para todo mundo. Tanto para os órgãos públicos quanto para os cidadãos de Paraty. A gente não imaginava que uma pessoa tivesse todos esses títulos de propriedade, e não dá para saber por que ele nunca exerceu posse de nenhum desses títulos”, afirmou

Raissa Siqueira, representante da Procuradoria de Paraty.

A reportagem tentou contato durante uma semana com o prefeito Zezé Porto (Republicanos), através de mensagens e ligações telefônicas, mas não houve resposta.

No último dia 30, a 11ª Vara de Órfãos e Sucessões do Tribunal de Justiça do Rio decidiu que as cartas de arrematação, que garantem a transferência de propriedade para o arrematante, só serão expedidas depois que todos os pedidos de anulação do leilão forem julgados.

A Vara determinou ainda que os mandados de imissão na posse, que autorizam a entrada no lugar, só serão cumpridos depois que um oficial de justiça verificar que não há terceiros possuidores no imóvel.

A União manifestou interesse no processo judicial e requereu a suspensão do leilão, depois de descobrir que vários dos imóveis estão em áreas sob seu domínio, como terrenos de marinha, acrescidos de marinha e ilhas costeiras.

A Defensoria Pública e a Procuradoria do Rio de Janeiro também pediram a suspensão do leilão.

‘Moradores mobilizaram’

Ao longo de junho, moradores se mobilizaram para

monitorar a chegada de topógrafos e arrematantes no cais de Paraty. Técnicos que apareciam sem documentos e desejavam fazer medições nos terrenos eram convencidos a voltar, segundo quem vive na região.

Ao menos um dos arrematantes já desistiu do processo, sob a alegação de que as dificuldades do leilão não foram bem informados.

José Maria, comerciante português radicado no Rio de Janeiro, foi sócio da Casa Rollas, loja do início do século 20 famosa por alugar ternos de segunda mão.

Ele morreu em 1988, deixando seis herdeiras. Elas definiram em consenso a venda das terras.

A SPU (Secretaria do Patrimônio da União), vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação, disse que o leilão foi realizado sem qualquer consulta prévia ao governo federal.

“A SPU apurou indícios de sobreposição desses imóveis com áreas cadastradas em nome da União, além de identificar inconsistências nos documentos apresentados no edital do leilão, como a ausência de georreferenciamento adequado e registros cartoriais cancelados, o que impede a individualização segura das áreas”, afirmou a pasta, em nota.

Projeto define reordenamento de ilha em Angra dos Reis

Hélio Araújo/Flickr



Ilha Grande tem plano para segurança e preservação

A Prefeitura de Angra dos Reis apresentou, durante reunião do Grupo de Gestão Integrada Municipal (GGIM), um balanço das ações do programa Ilha Grande em Ordem, que teve início no mês passado. O balanço foi divulgado à imprensa nesta segunda-feira, dia 14.

A iniciativa reúne diversos órgãos públicos com o objetivo de promover o reordenamento econômico e territorial da Ilha Grande, garantindo mais organização, segurança e preservação ambiental. E, além da Vila do Abraão, será estendida para outras localidades da ilha.

— Nosso compromisso com a Ilha Grande vai além da Vila do Abraão. A ideia agora é levar esse modelo de atuação integrada para outras praias da Ilha, respeitando as características de cada localidade, mas sempre com foco no ordenamento, no desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida de moradores

e visitantes — destacou o secretário-executivo da Ilha Grande, Carlos Kazuo.

Durante a apresentação do balanço, que contou com a participação das forças de segurança que atuam no município, foram destacadas as quatro frentes

de atuação do programa: fiscalização comercial e tributária, fiscalização ambiental, controle do cais e da logística, e ordenamento do uso do espaço público. Os números da atuação de cada órgão nas primeiras operações também foram apresentados.

A fiscalização comercial e tributária, vem realizando vistorias em pousadas, bares e restaurantes, para verificar alvarás, o cumprimento das normas sanitárias e o uso de mão de obra estrangeira. Nesse primeiro mês de atuação, as equipes entregaram 11 autos de contestação e fiscalizaram oito estabelecimentos de hotelaria e três agências de turismo

Na frente de fiscalização ambiental, realizada em parceria com o Instituto Municipal do Ambiente de Angra dos Reis (Imaar), o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), a Unidade de Polícia Ambiental (Upam), a Polícia Militar e o Proeis, a operação fez avaliações técnicas para embargos, sanções e demolições em áreas de preservação ambiental. Como resultado, aplicou três multas, 24 notificações e executou até uma demolição, entre outros atos como interdições e embargos.